



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

**9º EXAME  
DE  
SELEÇÃO**

**ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE  
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA  
- 2002 -**



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Assinale a opção equivocada:

- (a) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- (b) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, dentre outros, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e a dignidade da pessoa humana.
- (c) Os direitos e garantias expressos na Constituição de 1988 são taxativos e excluem quaisquer outros decorrentes de tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
- (d) Em suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se pelos princípios da independência nacional, da prevalência dos direitos humanos e da autodeterminação dos povos, dentre outros.
- (e) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

2) Sobre o controle abstrato de constitucionalidade no Brasil, assinale a alternativa correta:

- (a) Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.
- (b) A ação direta de inconstitucionalidade poderá ser proposta apenas pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal, pela Mesa da Câmara dos Deputados ou pelo Procurador-Geral da República.
- (c) É inadmissível o controle abstrato de constitucionalidade com relação às emendas constitucionais.
- (d) Atos normativos anteriores à Constituição de 1988 podem ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.
- (e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

3) Assinale a opção correta:

- (a) A decisão que declara a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo por via de exceção tem eficácia erga omnes e obrigatória.
- (b) A decisão do Supremo Tribunal Federal que reconhecer a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo pela via direta não produz efeitos erga omnes, salvo se o Senado Federal, por meio de resolução, suspender sua execução.
- (c) Compete ao Senado Federal, privativamente, suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle por via de exceção.
- (d) controle abstrato de constitucionalidade pode ser realizado por qualquer órgão do Poder Judiciário, em qualquer tipo de processo, de ofício ou mediante provocação.
- (e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

4) Quanto à ação popular, assinale a alternativa correta:

- (a) Pode ser proposta pelos mesmos entes e órgãos legitimados para a propositura de ação civil pública.
- (b) Pode ser proposta por qualquer cidadão, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- (c) Dentre os legitimados para sua propositura, encontram-se o Ministério Público e as Procuradorias Estaduais.
- (d) Pode ser proposta por menor absolutamente incapaz, desde que representado por seus pais.
- (e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

5) Com relação às medidas provisórias, assinale a alternativa correta:

- (a) Supremo Tribunal Federal, desde a promulgação da Constituição de 1988, firmou jurisprudência admitindo que o Poder Judiciário aprecie a concorrência dos requisitos de relevância e urgência para a edição de medidas provisórias.
- (b) É vedada a adoção de medida provisória com vistas à regulamentação de norma constitucional cuja redação tenha sido alterada por qualquer emenda à constituição.
- (c) É vedada a edição de medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos.
- (d) É vedada a edição de medida provisória sobre matéria reservada à lei complementar.
- (e) As medidas provisórias perdem eficácia, desde a edição, se não convertidas em lei no prazo de trinta dias, prorrogável, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por meio de resolução, as relações jurídicas decorrentes.

6) Sobre as espécies legislativas, pode-se afirmar que:

- (a) as leis complementares são aprovadas por maioria simples.
- (b) as leis delegadas são elaboradas pelo Presidente da República, que deve solicitar a delegação da Câmara dos Deputados.
- (c) a matéria reservada à lei complementar pode ser objeto de delegação ao Presidente da República.
- (d) Congresso Nacional pode delegar ao Presidente da República competência para legislar sobre nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais.
- (e) a delegação ao Presidente da República terá forma de resolução do Congresso Nacional, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

7) Quando do advento de uma nova Constituição, o que acontece com a legislação até então vigente?

- (a) Em atenção ao princípio da continuidade da ordem jurídica, a legislação que não seja incompatível com a nova Constituição conserva sua eficácia.
- (b) É toda revogada, surgindo a necessidade de que sejam novamente editadas leis em conformidade com a nova Constituição.
- (c) Cabe ao Congresso Nacional listar quais as leis que continuam em vigor e quais as revogadas pela nova Constituição.
- (d) Cabe ao Poder Executivo listar quais as leis que continuam em vigor e quais as revogadas pela nova Constituição.
- (e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

8) São limitações ao poder de reforma constitucional, exceto:

- (a) a proibição de que a Constituição seja emendada na vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio.
- (b) a proibição de proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado.
- (c) a proibição de proposta de emenda tendente a abolir direitos e garantias individuais.
- (d) a proibição de proposta de emenda tendente a abolir o voto direto, secreto, universal e periódico.
- (e) a proibição de que a Constituição seja emendada nos seis meses que precederem a realização de eleição presidencial.

9) São princípios setoriais da administração pública:

- (a) anterioridade fiscal, isonomia e concurso público.
- (b) impessoalidade, publicidade e livre concorrência.
- (c) legalidade, licitação e parafiscalidade.
- (d) moralidade, eficiência e impessoalidade.
- (e) livre concorrência, concurso público e universalidade.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

10) Com relação ao regime jurídico dos servidores públicos, assinale a opção incorreta:

- (a) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros na forma da lei.
- (b) servidor público civil pode se filiar a sindicato, bem como exercer o direito de greve nos termos e limites definidos em lei ordinária específica.
- (c) É permitida a acumulação remunerada de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, desde que haja compatibilidade de horário.
- (d) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza ou complexidade do cargo ou emprego, na forma da lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- (e) Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

11) Qual o instrumento processual a ser utilizado por servidor público que pretenda ter conhecimento de informações relativas a sua situação funcional, constantes de banco de dados de entidade governamental, cujo acesso lhe vem sendo negado pela autoridade administrativa?

- (a) Habeas corpus.
- (b) Mandado de injunção.
- (c) Habeas data.
- (d) Ação popular.
- (e) Mandado de segurança.

12) Sobre o mandado de segurança, assinale a opção equivocada:

- (a) mandado de segurança destina-se à proteção de direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou habeas data.
- (b) Direito líquido e certo é aquele que resulta inequivocamente de um fato que independa de prova ou cuja prova já esteja pré-constituída.
- (c) mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional ou por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- (d) A doutrina e a jurisprudência brasileiras rejeitam a possibilidade de mandado de segurança contra ato omissivo de autoridade pública.
- (e) Não cabe mandado de segurança contra lei em tese, salvo contra as denominadas leis de efeitos concretos, que, por apresentarem conteúdo de ato administrativo, podem atingir a esfera jurídica de alguém ferindo-lhe direito líquido e certo.

13) Em qual das hipóteses abaixo o Poder Executivo pratica ato que, embora lhe seja constitucionalmente deferido, representa exceção ao princípio da Separação Funcional de Poderes?

- (a) Quando edita uma medida provisória.
- (b) Quando edita decreto tendente a regulamentar uma lei.
- (c) Quando nomeia um Ministro de Estado.
- (d) Quando encaminha ao Congresso Nacional uma proposta de lei.
- (e) Quando declara de utilidade pública determinado imóvel para fins de desapropriação.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

14) Por meio de decreto, o Governador do Estado majora as alíquotas do IPVA e determina que as novas alíquotas passem a vigorar no mesmo exercício financeiro em que publicado o decreto. Sabendo-se que o ato normativo apresenta apenas dois defeitos, informe os princípios constitucionais vulnerados.

- (a) Capacidade contributiva e legalidade.
- (b) Anterioridade e capacidade contributiva.
- (c) Anualidade e legalidade.
- (d) Legalidade e anterioridade.
- (e) Anualidade e anterioridade.

15) Com relação à repartição de competências na Federação brasileira, pode-se afirmar que:

- (a) a Constituição enumera taxativamente os poderes da União, dos Estados e dos Municípios.
- (b) a Constituição enumera os poderes dos Estados e dos Municípios, ficando a União com a competência residual.
- (c) a Constituição não dispõe sobre a matéria, cabendo à legislação infraconstitucional dispor a respeito.
- (d) a Constituição prevê competências concorrentes para a União, Estados e Municípios em todas as matérias.
- (e) a Constituição enumera expressamente as competências da União, reserva aos Municípios as matérias de interesse local e atribui competência residual aos Estados.

16) Sobre o sistema tributário nacional, é incorreto afirmar que:

- (a) são impostos de competência federal o imposto sobre produtos industrializados e o imposto de renda.
- (b) são impostos de competência estadual o imposto sobre a circulação de mercadorias e o imposto sobre a transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- (c) é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros.
- (d) são impostos de competência municipal o imposto sobre a propriedade de veículos automotores e o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.
- (e) a imunidade recíproca prevista com relação à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estende-se às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, apenas no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

17) A autonomia dos Estados-membros da Federação significa:

- (a) que eles são soberanos, juntamente com a União.
- (b) que eles são dotados de capacidade de auto-organização, auto-governo e auto-administração.
- (c) que eles podem legislar sobre todas as matérias de seu interesse.
- (d) que eles podem manter relações internacionais com outros Estados.
- (e) que a União não pode neles intervir.

18) São princípios constitucionais sensíveis, cuja inobservância pode justificar a intervenção federal, exceto:

- (a) a forma republicana de governo, o sistema representativo e o regime democrático.
- (b) os direitos da pessoa humana.
- (c) a soberania dos Estados-membros.
- (d) a prestação de contas da Administração Pública, direta e indireta.
- (e) a autonomia municipal.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

19) Assinale a opção incorreta:

- (a) É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só pode ocorrer nas hipóteses previstas pela própria Constituição.
- (b) A soberania popular é exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.
- (c) alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de setenta anos, os analfabetos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- (d) Para concorrerem à reeleição, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- (e) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

20) Os Tribunais de Contas:

- (a) integram o Poder Judiciário.
- (b) são órgãos de auxílio do Poder Judiciário.
- (c) são órgãos de auxílio do Poder Legislativo.
- (d) são órgãos de consulta do Poder Judiciário, em assuntos relacionados à fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
- (e) integram o Poder Executivo.

DIREITO CIVIL

21) Não é fonte de Direito, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro:

- (a) um costume contra legem.
- (b) um costume secundum legem.
- (c) um princípio geral de Direito;
- (d) a Constituição do Estado do Rio de Janeiro;
- (e) a analogia;

22) Corresponde à revogação total:

- (a) a derrogação.
- (b) fim do prazo de vigência de uma lei temporária.
- (c) a suspensão, pelo Senado, da execução de lei declarada inconstitucional.
- (d) a ab-rogação.
- (e) n.r.a.

23) No direito brasileiro, a repristinação da lei revogada:

- (a) ocorrerá automaticamente com a revogação da lei revogadora.
- (b) é vedada expressamente pela Lei de Introdução ao Código Civil.
- (c) poderá ocorrer por disposição expressa de outra lei.
- (d) não se sujeita às regras pertinentes à vacatio legis.
- (e) não é objeto de dispositivo legal.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

- 24) A personalidade civil e a tutela dos direitos do nascituro começam:
- (a) ambos somente a partir da concepção;
  - (b) ambos somente no momento do nascimento com vida;
  - (c) ambos no momento em que se percebem os movimentos do nascituro;
  - (d) a personalidade começa com o nascimento com vida e os direitos do nascituro começam a ser tutelados pelo Direito quando da concepção;
  - (e) a personalidade começa com o registro de nascimento e a tutela dos direitos do nascituro começa no momento do nascimento.
- 25) Quanto à aquisição da capacidade civil plena, assinale a alternativa correta:
- (a) a formatura de aluno na 3ª série do ensino médio enseja a emancipação do formando;
  - (b) casamento, com o consentimento dos pais do nubente, ainda que relativamente incapaz, enseja a emancipação do menor;
  - (c) a obtenção de emprego em empresa privada, com a assinatura da carteira de trabalho enseja a emancipação do menor.
  - (d) a emancipação do menor somente pode ter efeitos se voluntária, ou seja, por meio de procedimento judicial instaurado pelos representantes do menor;
  - (e) nascimento do filho do relativamente incapaz, com vida, gera a emancipação legal do menor.
- 26) Se dois indivíduos falecerem em um mesmo acidente, não se podendo aferir qual dos dois morreu em primeiro lugar, é possível presumirmos corretamente que:
- (a) primeiramente, faleceu o mais velho deles, em razão de o critério legal ser a premoriência;
  - (b) indivíduo mais novo faleceu primeiramente;
  - (c) os dois indivíduos faleceram no mesmo instante;
  - (d) não há previsão legal, devendo o aplicador do Direito analisar o caso concreto, aferindo qual deles tinha maior probabilidade de sobrevivência, valendo-se, para tanto, da perícia médico-legal e de outros meios de prova que reputar adequados;
  - (e) por não haver previsão legal, o juiz deverá aplicar os costumes, a analogia e os princípios gerais do direito.
- 27) Quanto à tutela jurídica do nome civil, marque a alternativa correta:
- (a) nome não é tutelado pelo Direito, tendo em vista que não possui expressão econômica;
  - (b) nome é tutelado pelo Direito quando tem conteúdo econômico, como no caso de um famoso artista de televisão;
  - (c) nome é classificado como direito personalíssimo, não podendo o seu titular abrir mão de sua utilização de qualquer forma;
  - (d) nome é direito inalienável do ser humano, mas o seu titular pode abrir mão da utilização do nome, desde que graciosamente;
  - (e) nome pode ser alienado pelo titular.
- 28) Começa a existência da pessoa jurídica:
- (a) com o ânimo deliberado dos membros de uma coletividade de pessoas em formar a pessoa jurídica;
  - (b) com a inscrição dos atos constitutivos no registro competente;
  - (c) com a elaboração do contrato social;
  - (d) quando um dos fundadores começa a adquirir bens para a formação da pessoa jurídica;
  - (e) quando os fundadores decidem qual será o objeto da pessoa jurídica.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

29) Caio, médico empregado em dois hospitais privados, sediados, respectivamente, nos municípios de Volta Redonda e de Resende, constituiu sua residência na cidade de Barra Mansa com ânimo definitivo. Acerca do domicílio de Caio, podemos dizer:

- (a) Caio é domiciliado nas três municipalidades;
- (b) Caio é domiciliado nas cidades de Volta Redonda e Resende, uma vez que lá exerce suas atividades profissionais;
- (c) Caio é domiciliado na cidade de Barra Mansa, onde fixou residência com ânimo definitivo;
- (d) Caio é domiciliado em Volta Redonda ou em Resende, devendo fazer tal escolha;
- (e) Caio é domiciliado onde possa ser encontrado.

30) É domiciliada a pessoa jurídica:

- (a) no lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, ou onde elegerem domicílio especial nos seus estatutos ou atos constitutivos;
- (b) onde estiver estabelecida com ânimo definitivo;
- (c) em qualquer de suas filiais;
- (d) onde houver sido fundada;
- (e) n.r.a.

31) Considera-se bem móvel:

- (a) um navio hipotecado;
- (b) uma ilha fluvial;
- (c) um tijolo utilizado em um edifício construído;
- (d) uma árvore plantada no jardim da casa de Mévio;
- (e) nenhuma das opções acima.

32) É exemplo de bem público dominical:

- (a) a sede da arquidiocese do Rio de Janeiro;
- (b) prédio onde é situada a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro;
- (c) a Avenida Rio Branco;
- (d) as terras devolutas;
- (e) veículo que fica à disposição do Governador do Estado do Rio de Janeiro.

33) Não é exemplo de fato jurídico *lato sensu*:

- (a) uma tempestade;
- (b) a construção de uma casa;
- (c) a compra de um bem de consumo;
- (d) nascimento de uma criança;
- (e) uma agressão física;

34) A respeito do negócio jurídico, assinale a alternativa incorreta:

- (a) negócio jurídico é uma declaração de vontade privada, destinada a produzir efeitos que as partes pretendem e que o direito reconhece.
- (b) efeitos do negócio jurídico são a constituição, modificação ou extinção das relações jurídicas, de modo vinculante, obrigatório para as partes intervenientes.
- (c) no negócio jurídico os efeitos são os que a parte lhe conferem, no exercício de sua autonomia, desde que conforme à lei, à ordem pública e aos bons costumes.
- (d) no negócio jurídico a vontade que se exprime não se dirige à produção de efeitos jurídicos específicos. Estes efeitos dependem de lei, onde já estão inteiramente previstos.
- (e) n.r.a.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

35) O ato jurídico é nulo de pleno direito quando:

- (a) praticado por pessoa relativamente incapaz;
- (b) for praticado com vício consistente em dolo ou fraude;
- (c) for praticado com vício consistente em erro ou simulação;
- (d) for preterida alguma formalidade que a lei considere essencial para a sua validade.
- (e) n.r.a.

36) Alfredo, de 17 (dezessete) anos, aliena a Pedro uma motocicleta, comprovando, através de documento de identidade adulterado, que era plenamente capaz para a celebração do ato. Posteriormente, Alfredo arrepende-se do negócio, por descobrir que a motocicleta poderia ter sido alienada por valor superior. Ajuíza, então, ação pretendendo anular o negócio jurídico. Alega que para a prática do ato deveria estar assistido por seus representantes legais. Marque a alternativa correta:

- (a) Alfredo tem razão, uma vez que os bens do menor são objeto de tutela especial por parte do ordenamento jurídico pátrio, não podendo ser alienados sem a anuência dos representantes legais;
- (b) Alfredo não tem direito a reaver a coisa alienada por ter dolosamente falsificado sua carteira de identidade, tendo Pedro sido diligente por ter consultado a idade do vendedor.
- (c) negócio jurídico é nulo de pleno direito.
- (d) negócio é anulável, por tratar-se de menor relativamente incapaz, e Pedro deve devolver a coisa, mediante a restituição do preço pago.
- (e) n.r.a.

37) Quanto à coação, como defeito do negócio jurídico, pode-se afirmar:

- (a) não somente a coação física irresistível, como também a coação moral irresistível, são causas de anulação do negócio jurídico;
- (b) temor reverencial é causa de anulação do negócio jurídico;
- (c) a ameaça de propositura de ação judicial infundada é forma de coação moral, passível de anular o negócio jurídico.
- (d) a ameaça de propositura de ação judicial fundada é forma de coação moral, passível de anular o negócio jurídico;
- (e) n.r.a.

38) Acerca da prescrição e da decadência, assinale a alternativa correta:

- (a) Pelo sistema do Código Civil, o prazo decadencial pode ser suspenso e, quando cessada a causa da suspensão, volta a correr, computando-se o prazo decorrido antes da suspensão.
- (b) a suspensão da prescrição faz com que o prazo restante seja computado de seu início;
- (c) prazo prescricional refere-se a direito subjetivo e o decadencial a direito potestativo.
- (d) a prescrição corre contra todos os interessados, ainda que absolutamente incapazes.
- (e) n.r.a.

39) A responsabilidade civil do Estado, pelos atos comissivos de seus agentes:

- (a) independe de prova;
- (b) independe de culpa do agente;
- (c) depende de culpa do agente;
- (d) inexistente, sendo responsável apenas o agente;
- (e) depende de prévia condenação criminal do agente.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

40) Quanto ao Direito das Obrigações, é correto afirmar:

- (a) nas obrigações de dar coisa certa, o credor não pode ser obrigado a receber outra coisa, ainda que mais valiosa.
- (b) a obrigação de fazer é sempre personalíssima.
- (c) nas obrigações alternativas, a escolha da prestação cabe ao credor, salvo disposição contratual em sentido contrário.
- (d) nas obrigações alternativas, se uma das duas prestações se impossibilitar, não subsiste o débito quanto à outra, devendo ser celebrado novo contrato.
- (e) n.r.a.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

41) São condições para o regular exercício do direito de ação:

- (a) legitimação ad causam, interesse de agir e impossibilidade jurídica do pedido;
- (b) citação válida, agente capaz e objeto lícito e possível;
- (c) legitimação ad causam, interesse de agir e possibilidade jurídica do pedido;
- (d) legitimação ad causam, interesse de agir e citação válida;
- (e) legitimação ad causam, citação válida e possibilidade jurídica do pedido;

42) “Nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e formas legais”. Esta é a redação do artigo 2º do Código de Processo Civil, que traduz o seguinte princípio:

- (a) impessoalidade;
- (b) juiz natural;
- (c) devido processo legal;
- (d) dispositivo ou inércia;
- (e) oralidade;

43) A ação regressiva, exercida como modalidade de intervenção de terceiros, configura:

- (a) oposição;
- (b) nomeação à autoria;
- (c) ação declaratória incidental;
- (d) chamamento ao processo;
- (e) denunciação à lide;

44) Sobre as afirmações abaixo responda quais estão corretas:

- I. Direito Processual Civil é o ramo da ciência jurídica que estuda e disciplina o exercício, pelo Estado, da função jurisdicional.
- II. As sentenças proferidas contra a Fazenda Pública, como regra, estão excluídas do duplo grau obrigatório de jurisdição.
- III. O procedimento é o aspecto extrínseco do processo; é o meio externo pelo qual se instaura, desenvolve-se e termina o processo;
- IV. Interpretar uma norma processual consiste em definir o significado e delimitar o seu alcance. Integrar uma norma processual consiste no preenchimento das lacunas nela verificadas, mediante a pesquisa e formulação da regra jurídica pertinente à situação concreta não prevista pelo legislador.

- (a) I, III e IV;
- (b) I e II;
- (c) II, III e IV;
- (d) I, II e III
- (e) II e IV.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

**45) Sobre incompetência absoluta qual das afirmativas abaixo apresenta-se correta:**

- (a) deve ser argüida pela parte via exceção de incompetência e/ou pode ser declarada de ofício pelo juiz;
- (b) deve ser argüida pela parte como questão preliminar na contestação e/ou pode ser declarada de ofício pelo juiz;
- (c) é prorrogável;
- (d) só pode ser argüida pela parte via exceção de incompetência;
- (e) só pode ser argüida pela parte como questão preliminar na contestação, não podendo ser declarada de ofício pelo juiz;

**46) Constatando a inexistência de um pressuposto processual de validade do processo, o juiz deverá:**

- (a) proferir sentença extinguindo o processo sem resolução do mérito;
- (b) proferir despacho saneador;
- (c) proferir sentença extinguindo o processo com resolução do mérito;
- (d) suspender o processo até o implemento do pressuposto processual de validade;
- (e) proferir decisão interlocutória.

**47) Capacidade postulatória, capacidade processual e investidura referem-se, respectivamente:**

- (a) ao juiz, ao advogado e às partes;
- (b) ao advogado, às partes e ao juiz;
- (c) às partes, ao advogado e ao juiz;
- (d) ao advogado, ao juiz e às partes;
- (e) n.r.a

**48) Correndo em separado ações conexas perante juízes que têm a mesma competência territorial, considera-se prevento aquele que:**

- (a) despachar em primeiro lugar;
- (b) proceder à citação válida;
- (c) couber a primeira ação por distribuição;
- (d) proferir em primeiro lugar sentença terminativa.
- (e) n.r.a.

**49) A Fazenda Pública tem prazo:**

- (a) em quádruplo para contestar e em quádruplo para recorrer;
- (b) em quádruplo para contestar e comum para recorrer;
- (c) em dobro para contestar e em quádruplo para recorrer;
- (d) em quádruplo para contestar e em dobro para apresentar resposta a recursos;
- (e) em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.

**50) Sobre as assertivas abaixo responda:**

- I – A tutela jurisdicional cognitiva se caracteriza por conter a afirmação da existência ou inexistência de um direito.
- II – A tutela jurisdicional executiva se caracteriza pela satisfação de um crédito operando-se a realização prática de um comando contido em sentença condenatória, ou em ato jurídico a esta equiparado, como os chamados títulos executivos extrajudiciais;
- III – A tutela jurisdicional cautelar é aquela que se limita a assegurar a efetividade de outro tipo de tutela jurisdicional.

- (a) todas estão erradas;
- (b) todas estão corretas;
- (c) I e II estão erradas;
- (d) II e III estão erradas;
- (e) I e III estão erradas.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

\* A V I S O

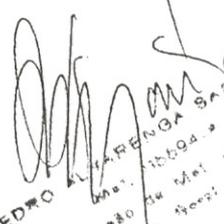
9º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO DE  
PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DE  
ESTAGIÁRIOS faz saber aos interessados que é o seguinte o gabarito do  
Exame de Seleção realizado em 25.05.2002:

DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITO CIVIL	TEORIA GERAL DO PROCESSO
1. C	21. A	41. C
2. A	22. D	42. D
3. C	23. C	43. E
4. B	24. D	44. A
5. D	25. B	45. B
6. E	26. C	46. A
7. A	27. C	47. B
8. E	28. B	48. A
9. D	29. C	49. E
10. E	30. A	50. B
11. C	31. A	
12. D	32. D	
13. A	33. A	
14. D	34. D	
15. E	35. D	
16. D	36. B	
17. B	37. A	
18. C	38. C	
19. D	39. B	
20. C	40. A	

O resultado final do Exame de Seleção, com a classificação dos  
candidatos aprovados, será publicado no Diário Oficial do Estado do Rio  
de Janeiro - Parte I.

\*Republicado por incorreção no original, publicado no D. O. de  
28/05/2002.

  
PEDRO ALFONSECA SANTOS  
Diretor Divisão de Mat. e  
OMAS Campo Henri